



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
GABINETE DO DEPUTADO DELEGADO WALLBER VIRGOLINO

PROJETO DE LEI Nº 4.350 /2025

AUTOR: DEPUTADO DELEGADO WALLBER VIRGOLINO

Proíbe o atendimento a bonecas do tipo “bebê reborn” em unidades públicas de saúde e veda sua utilização para obtenção de direitos de preferência ou benefícios destinados a crianças e responsáveis, no âmbito do Estado da Paraíba.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA DECRETA:

Art. 1º - Fica proibido, no âmbito do Estado da Paraíba, o atendimento em unidades públicas de saúde a objetos inanimados, incluindo, mas não se limitando, às bonecas do tipo "bebê reborn".

§1º - Entende-se como atendimento qualquer ação médica, ambulatorial, de triagem, orientação ou registro formal que simule cuidado clínico ou pediátrico a tais objetos.

§2º - Também se proíbe a marcação de consultas, preenchimento de fichas, encaminhamentos ou qualquer tipo de procedimento que envolva recursos humanos ou materiais do sistema público de saúde voltados ao atendimento desses objetos.

Art. 2º - É vedado o uso de bonecas do tipo “bebê reborn” ou objetos similares com o objetivo de:

- I** – obter atendimento prioritário em filas de unidades públicas ou privadas;
- II** – acessar benefícios e serviços destinados a crianças de colo e seus responsáveis, tais como isenções, descontos ou prioridade em filas e transporte, eventos ou repartições públicas;
- III** – reivindicar quaisquer direitos legais atribuídos exclusivamente a crianças reais.



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
GABINETE DO DEPUTADO DELEGADO WALLBER VIRGOLINO

Art. 3º - O descumprimento desta Lei por parte de qualquer cidadão acarretará:

I – advertência, na primeira ocorrência;

II – multa de 2 (dois) a 20 (vinte) salários mínimos, proporcional à gravidade da conduta, reincidência, dano causado e condição econômica do infrator.

§1º - O valor arrecadado com as multas será destinado a programas sociais voltados ao atendimento de crianças em situação de vulnerabilidade no Estado da Paraíba, incluindo ações nas áreas de saúde, educação, assistência social e proteção infantil.

§2º - caso haja depredação de patrimônio público em razão da negativa de atendimento a objetos inanimados, os responsáveis responderão civil e criminalmente, nos termos da legislação vigente.

Art. 4º - Os servidores públicos que forem coagidos, constrangidos ou agredidos física ou moralmente em razão do cumprimento desta Lei deverão ter garantido apoio jurídico e psicológico por parte do Estado, sem prejuízo das demais providências cabíveis.

Art. 5º - O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei para o seu fiel cumprimento.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, 16 de maio de 2025.


Delegado Wallber Virgolino
Deputado Estadual



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
GABINETE DO DEPUTADO DELEGADO WALLBER VIRGOLINO

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem como objetivo preservar a racionalidade na prestação dos serviços públicos e garantir a destinação responsável dos recursos estatais, proibindo expressamente o atendimento a bonecas do tipo “bebê reborn” em unidades públicas de saúde e vedando o uso desses objetos para a obtenção de direitos de preferência ou benefícios destinados exclusivamente a crianças reais e seus responsáveis legais.

Nos últimos meses, diversos casos noticiados na imprensa e nas redes sociais trouxeram à tona situações em que cidadãos exigiram atendimento médico e prioritário para bonecas hiper-realistas, simulando sintomas ou condições clínicas fictícias. Em episódios ainda mais graves, houve registros de depredação de patrimônio público e agressões a servidores diante da recusa em realizar tais atendimentos. Tais condutas, além de absurdas, representam um desrespeito à lógica do serviço público, à ética social e ao princípio da boa-fé que deve nortear as relações entre o Estado e os cidadãos.

Permitir ou tolerar o atendimento a objetos inanimados como se fossem pacientes reais significa não apenas um desperdício de tempo e recursos públicos, mas também uma afronta direta à dignidade de crianças reais que, muitas vezes, enfrentam longas filas e dificuldades para acessar atendimento adequado. A utilização de bonecas reborn para simular situações de prioridade ou buscar benefícios indevidos sobrecarrega o sistema, desvirtua políticas públicas e compromete a credibilidade das instituições.

Este projeto, portanto, busca proteger o interesse coletivo e a racionalidade administrativa, estabelecendo critérios claros para coibir esse tipo de prática. Ao mesmo tempo, prevê sanções proporcionais à conduta indevida e destina os valores arrecadados com multas a programas voltados à proteção de crianças em situação de vulnerabilidade.

Ademais, garante-se o amparo e proteção aos servidores públicos que, ao cumprirem sua função de forma responsável, possam ser vítimas de coação, ameaças ou agressões por se recusarem a validar demandas que claramente extrapolam o razoável.

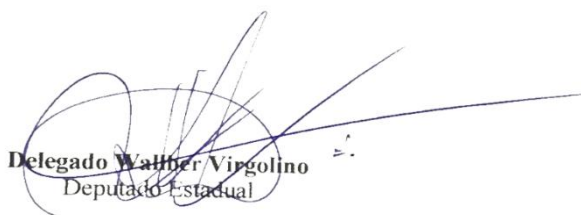


ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
GABINETE DO DEPUTADO DELEGADO WALLBER VIRGOLINO

A presente medida é necessária, oportuna e de interesse público, pois resguarda a integridade do sistema de saúde, combate fraudes simbólicas e fortalece as políticas voltadas à infância e juventude.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação desta proposição.

Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, 16 de maio de 2025.



Delegado Wallber Virgolino
Deputado Estadual